

# Presidentes de partidos defendem soberania da Constituinte

Janio de Freitas

## A crise criada

O sistema nervoso do governo está posto em alta voltagem com a constatação do Planalto, feita ainda antes que ocorresse na Constituinte, de que a aceleração das votações, nos últimos dias, criou amplas possibilidades de que o mandato de presidente da República seja votado já na próxima semana. A infantaria do Planalto, à frente o ministro Prisco Viana, força contatos diretos e dispara mensagens em todas as direções, sempre no uso de sua nova arma: o aviso de que eclodirá grave crise se o mandato de Sarney ficar em quatro anos (embora o mandato a ser agora votado seja os dos futuros presidentes, sua fixação em quatro anos aumentaria ainda mais as dificuldades de Sarney para obter os cinco, quando for apreciado o seu caso particular nas Disposições Transitórias).

Em sua conversa de anteontem com os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, o presidente Sarney foi direto e explícito na menção à inconveniência de suspender as correções de vencimentos do funcionalismo, como propõem os dois, quando a Constituinte se aproxima de uma decisão para ele tão importante. Ou seja, se os ministros alegam que faltará dinheiro para pagar ao funcionalismo, muito bem, mas isto é problema do país. O problema do presidente é obter um ano a mais no poder.

A inconveniente proximidade lembrada pelo presidente torna mais espantosa a maneira como foi criada, em torno das correções de vencimentos, a crise em que o governo se enrolou no governo. Se faltasse ainda um episódio para sintetizar a inabilitação e a falta de dons pessoais do presidente para o exercício da presidência, esta chamada suspensão da URP teria suprido plenamente a carência.

Qualquer pessoa dotada de responsabilidade e algum senso governamental teria providenciado, ao receber uma proposta de óbvio conteúdo polêmico, a sondagem cautelosa daqueles que deveriam ou

podessem participar da decisão de aprová-la ou rejeitá-la. Ao invés disso, tratou o presidente Sarney de convocar uma reunião em palácio, com todas as atenções nacionais chamadas a acompanhá-la já com o conhecimento das divergências que se apresentariam. O espetáculo não podia ser outro de então para cá: um presidente que não se peja em exibir a incapacidade de aplicar o seu dever decisório sobre divergências administrativas, o envolvimento público das Forças Armadas em decisão (ou indecisão) da área econômica, a predominância dos argumentos político-grupais, e por aí abaixo.

Se o problema se restringisse ao âmbito do governo, não seria mais do que um novo fato da normalidade sarneysiana. Mas, da maneira como o presidente envolveu as Forças Armadas na questão — dando a seus circunstantes de confiança a oportunidade de introduzir no noticiário a responsabilização dos militares pela recusa à medida administrativa — insinuou-se no embatucamento governamental um componente institucional. A que já se acrescentou um conflito de jurisdição entre o onipotente SNI e o Estado Maior das Forças Armadas.

E a insinuação deste componente institucional que propõe um outro enfoque do episódio, alheio à ideia de simples perda de controle sobre um problema administrativo. Sabendo-se quem procura uma crise institucional, à qual tem invocado como ameaça e como convite, e estando aí mesmo toda a construção deste episódio, não há como recusar que a suspensão da URP para o funcionalismo civil e militar tenha sido utilizada para servir a uma crise institucional. Tanto mais que a recusa inflexível dos militares à medida está sendo incluída, como sintoma de riscos iminentes e graves, nos argumentos quinquenistas da infantaria planaltina.

Não basta ao governo a excitação do seu sistema nervoso. Seu alvo é o sistema nervoso do país.



Ulysses Guimarães (à esq.) e Leonel Brizola, no momento em que o presidente do PMDB lê a nota oficial do encontro

## Pedetista tenta discutir sistema de governo

Da Sucursal de Brasília

Dos onze presidentes de partidos reunidos ontem no Senado, oito são presidencialistas (PSB, PCB e PC do B defendem o parlamentarismo) e Leonel Brizola (PDT) quis aproveitar esta situação favorável à sua posição, levantando o debate sobre o sistema de governo.

Prevaleceu, no entanto, a posição do presidente do PMDB, deputado

Ulysses Guimarães, apoiado por Jarbas Passarinho, do PDS, no sentido de que aquele não era o momento de discutir a questão. Ulysses e Passarinho, além de Marco Maciel (PFL), presidem partidos divididos sobre o sistema de governo.

Nota

No final do encontro, a nota oficial da reunião — manuscrita por Álvaro

Valle (PL) — mencionou apenas a necessidade de concluir o mais rápido possível a Constituição. Ulysses chegou a dizer a Brizola que pretende que o Congresso constituinte vote o sistema de governo já neste domingo.

Também foram evitadas críticas diretas ao presidente José Sarney, numa reunião em que todos os presentes se opõem a ele, em graus variados.

## Brizola aceita presidencialismo 'mitigado'

Da Sucursal de Brasília

Pela primeira vez o ex-governador do Rio Leonel Brizola admitiu negociar com outras forças políticas a implantação do chamado presidencialismo mitigado no país, um sistema político que prevê a existência de um primeiro-ministro como coordenador do governo. O poder de fato permanece nas mãos do presidente da República.

"No meu governo estadual sempre tive um secretário coordenador", disse ontem o provável candidato do PDT à Presidência. Com isso ele assume nova posição: aceita algumas práticas parlamentaristas, como a moção de censura a um ministro, mas insiste em manter a chefia do governo com o presidente. Brizola afirmou ter recebido in-

formações de que "o parlamentarismo se fortaleceu". Fez contínuos ataques a este sistema de governo, afirmando que é uma "grave ameaça ao povo" e "cassaria o direito do voto direto".

O parlamentarismo seria uma "ameaça" mais grave do que as críticas do presidente Sarney ao Congresso constituinte, ou ainda do

que a disposição do governo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para assegurar um mandato de seis anos.

Evitando assumir sua candidatura, Brizola assegurou que o PDT fará uma campanha eleitoral baseada na luta contra o parlamentarismo, caso o sistema seja aprovado.

"Deve haver, no mínimo, um plebiscito."

Brizola participou em Brasília de uma reunião dos presidentes de partidos e, depois, almoçou com integrantes da bancada do PDT e com nove deputados do PMDB (membros do Movimento de Unidade Progressista e parlamentares ligados ao senador Mário Covas).

## Confronto trouxe maior crise política desde 85, diz 'NYT'

RENATA LO PRETE  
De Nova York

O jornal norte-americano "The New York Times" publicou em sua edição de ontem uma reportagem afirmando que o confronto entre o presidente José Sarney e o Congresso constituinte, a respeito da duração do mandato presidencial, levou o Brasil à sua "mais séria crise política" desde a volta dos civis ao poder. Segundo o "NYT", a crise provocou "temores de que a transição para a plena democracia no país possa ser interrompida".

Assinado pelo correspondente Alan Riding, o texto afirma que Sarney atribui a "uma agressiva minoria de oportunistas radicais" dentro do Congresso constituinte os esforços para a realização de eleições este ano. Diz que o presidente joga com a tese de que seu sucessor pode sair da esquerda para convencer as Forças Armadas e os "ultra-conservadores" a apoiá-lo na briga para garantir cinco anos de mandato. É citada uma declaração do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves: "Acima de tudo, este país precisa de estabilidade."

Na avaliação do jornal, os ataques dirigidos ao Congresso constituinte só fizeram piorar a situação de Sarney. "A Assembléia, depois de longa oscilação entre dar a ele um mandato de quatro ou cinco anos, agora tende para o período mais

curto, com eleições em novembro e um novo presidente tomando posse em março." O texto fala em pesquisas de opinião pública que mostram "apoio majoritário" à realização de eleições este ano.

A Folha é citada pelo "NYT" qualificando a atitude de Sarney como "conflito institucional, provocação e irresponsabilidade política" (texto do editorial "Escalada irresponsável", de 27 de fevereiro).

O jornal diz ainda que o presidente José Sarney insistiu em que não está brigando pelos cinco anos, "mas até seus assessores mais próximos concordam que o assunto está constantemente em sua cabeça". A uma fonte próxima a Sarney, cujo nome não é revelado, é atribuída a seguinte declaração: "Não posso entendê-lo. Ele poderia entrar para a história como o homem que devolveu o Brasil à democracia, mas em vez disso está destruindo sua imagem."

A reportagem lembra que, ao assumir a Presidência, Sarney "endossou" o mandato de quatro anos que havia sido anunciado por Tancredo Neves. Depois do sucesso do Plano Cruzado nos seus primeiros meses, em 1986, o presidente "começou a favorecer o mandato de seis anos previsto na Constituição de 1969". "Finalmente, há um ano, anunciou que cumpriria um mandato de cinco anos", diz o jornal, acrescentando que o governo brasileiro foi recentemente acusado de usar dinheiro público para "persuadir" constituintes.